

O CONTRIBUTO DOS TRABALHOS DE ABEL VIANA E ANTÓNIO DIAS DE DEUS PARA O CONHECIMENTO DO MUNDO FUNERÁRIO ROMANO NO TERMO SUL DO ALTO ALENTEJO (PORTUGAL) E O ARQUEOSSÍTIO DA CHAMINÉ COMO CASO DE ESTUDO

THE CONTRIBUTION OF ABEL VIANA AND ANTÓNIO DIAS DE DEUS' WORKS TO A BETTER KNOWLEDGE OF THE ROMAN FUNERARY WORLD AT THE SOUTH OF ALTO ALENTEJO (PORTUGAL) AND THE ARCHEOLOGICAL SITE OF CHAMINÉ AS A CASE OF STUDY

In memoriam Jeannette U. Smit Nolen (1931-2016)

Mónica DA SILVA ROLO¹

RESUMEN: No presente trabalho pretende-se apresentar uma visão genérica da importância das pesquisas arqueológicas levadas a cabo por um conjunto de funcionários da antiga Colónia Correccional de Vila Fernando (Elvas, Portugal) e o arqueólogo Abel Viana (1896-1964) para o conhecimento da realidade arqueológica funerária de época romana no actual território alto alentejano. Entre meados das décadas de 30 e 50 do século XX, procedeu-se à identificação e exploração de mais de uma centena de arqueossítios, entre os quais se contabilizam, em função dos dados conhecidos, 22 espaços funerários de cronologia romana e/ou tardo-romana, correspondentes a um total de mais de 500 enterramentos. Apresenta-se o arqueossítio da Chaminé (Vila Fernando, Elvas) como exemplo paradigmático do conjunto de necrópoles exploradas, quer pelos diferentes momentos de utilização do espaço funerário, quer pela provável relação com a *villa* do Carrão (Vila Fernando, Elvas, Portugal).

PALABRAS CLAVE: Época romana, arqueologia funerária, Alentejo (Portugal), Colónia Correccional de Vila Fernando, Abel Viana, necrópoles.

¹ UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal). Direcção electrónica: monicasrolo@gmail.com

ABSTRACT: The present work intends to illustrate the importance of the archaeological works carried out by employees of the Penal Colony of Vila Fernando (Elvas) and the portuguese archaeologist Abel Viana (1896-1964) for the knowldege of roman funerary reality in Alto Alentejo (Portugal). Between the 1930s and 1950s were identified/ explored more than one hundred sites, incluinding 23 necropolis dated from roman period and/or Late Antiquity. The necropolis of Chaminé (Vila Fernando, Elvas) is presented as an example of the roman funerary reality documented in that geographic área.

KEYWORDS: Romans, funerary archaeology, Alentejo (Portugal), Penal Colony of Vila Fernando, Abel Viana, necropolis.

1. ÂMBITO GEOGRÁFICO E INTERVENIENTES

- 1 Quando falamos em «Alto Alentejo» reportamo-nos a uma área geográfica constituída “*pelo distrito de Portalegre e norte de Évora*” (Ribeiro, 1929: 6). Apesar de não ser consensual esta inclusão da parte setentrional do território do actual distrito de Évora no Alto Alentejo (de acordo com alguns autores, o distrito de Évora deve ser enquadrado, na íntegra, no designado «Alentejo Central»), assumimos que o limite sul desta se possa estender até à Serra de Ossa, abarcando assim parte dos actuais concelhos de Borba, Vila Viçosa e Alandroal (Évora). Em termos gerais, os restantes limites geográficos da região alto alentejana correspondem, a norte, ao rio Tejo; a leste, à Serra de São Mamede e rio Xévorá; e, a oeste, ao vale do rio Sor (Frade e Caetano, 1993: 847). O âmbito geográfico do presente trabalho circunscreve-se ao termo sul desta vasta área, correspondendo em particular à área do actual concelho de Elvas e território dos concelhos limítrofes. [Figura 1] Trata-se, pois, de uma área geográfica que, em época romana, integraria a província romana da *Lusitania*, e em relação a parte da qual (pelo menos no que se refere ao termo de Elvas) se afigura verosímil conceber que integrasse o *ager* da capital da província, *Augusta Emerita*, não obstante as incertezas com ainda nos debatemos quanto aos limites das circunscrições administrativas provinciais nesta região (Alarcão, 1988a: 48-49; Álvarez Martínez, *apud* Sánchez Barrero, 2000: 206; Carneiro, 2014, I: 37-41). A paisagem de relevo suave e o clima ameno, aliados à abundância de recursos hídricos e à viabilidade da exploração de minérios e dos mármorees do anticlinal de Estremoz, configuraram um contexto atractivo para a fixação de populações e contribuíram para que, em época romana, esta região estivesse longe de ser um território “*isolado na periferia do mundo antigo*” (Picão, 1903: 239).

2 Este âmbito geográfico foi definido com base na distribuição espacial de um conjunto de espaços funerários, de cronologia romana e/ou tardo-romana, escavados (ou meramente identificados e referenciados), durante as décadas de 40 e 50 do séc. XX, por funcionários da antiga Colónia Correccional de Vila Fernando (centro correccional para jovens delinquentes que funcionou, entre 1895 e 2007, na freguesia de Vila Fernando, concelho de Elvas, Portugal). Dois funcionários da referida instituição –António Dias de Deus e António Luís Agostinho (contando com a colaboração ocasional do pároco local, Henrique da Silva Louro), curiosos pela Arqueologia, iniciaram as suas ‘pesquisas arqueológicas’ em 1934, ocupando nelas o seu tempo livre e compondo assim uma “*valiosa colecção*” de artefactos (Deus, s.d.: 1). Numa primeira fase dedicaram-se à exploração de monumentos dolmênicos, com numerosas evidências conhecidas na região e exploradas, pelo menos, desde meados do séc. XIX. A partir de 1940 passaram a centrar as suas ‘pesquisas’ na exploração de arqueossítios romanos e tardo-antigos –“*No ano de 1934, começou António Luís Agostinho, ajudante de ecónomo no mesmo instituto oficial (Colónia Correccional de Vila Fernando) a explorar os dólmenes da região, associando-se-lhe desde logo António Dias de Deus. (...) / Em 1940, passaram a interessar-se, também, pelos vestígios das épocas romana e visigótica, igualmente abundantes na zona elvense.*” (Viana, 1955a: 1). Apesar da discutível motivação que terá estado na origem das explorações e recolhas levadas a cabo pelos funcionários da Colónia Correccional e pelo pároco de Vila Fernando, é certo que estas decorreram num contexto de mecanização dos trabalhos agrícolas e de aceleração do processo de antropização da paisagem rural da região alto alentejana. O fenómeno de “*tractorização da agricultura*” (Carneiro, 2014, II: 174), aliado a um plano de criação e melhoramento de infraestruturas, implementado, a nível regional, em meados da década de 30 do século passado, explicam a vulgarização de notícias de achados arqueológicos, aos quais os ‘pesquisadores’ tentavam acudir, num esforço precursor daquilo que hoje se apelidaria de «arqueologia de salvamento ou de emergência» (Carneiro, 2014, I: 60-61) –“*Dias de Deus não procura escavar aqui e além, onde quer que suponha haver, ou tenha certeza de existirem antiguidades arqueológicas. Está atento às informações que recebe sobre o que o curso das lavouras vai descobrindo e ameaça destruir, assim como acode ao que saiba estar em maior risco de breve desaparecimento. / E não é só a lavoura para as sementeiras o motivo destas intervenções, mas também o arranque de arvoredo, as surribas, a abertura de caboucos, o rasgo de caminhos novos ou o alargamento dos antigos* (Viana, 1955b: 7). A partir de 1949, e tendo já falecido A. Luís Agostinho em 1944, o arqueólogo Abel Viana iniciou a sua colaboração com A. Dias de Deus, procurando, por um lado, imprimir uma orientação científica aos trabalhos de campo, e, por outro, gerir o estudo do espólio recolhido e a divulgação dos resultados. Posteriormente ao falecimento de A. Dias de Deus, em Abril de 1955, Abel Viana não viria a dar continuidade à realização de intervenções arqueológicas na região alto alentejana, mas haveria de prosseguir com a inventariação do espólio e a publicação dos dados. Da curta, porém profícua, colaboração entre o funcionário da Colónia Correccional e o arqueólogo resultou a publicação de mais de uma dezena de tí-

tulos em publicações portuguesas e espanholas (Deus, Louro & Viana, 1955; Deus & Viana, 1953; Viana, 1950; Viana, 1955a; Viana, 1955b; Viana, 1955c; Viana, 1956; Viana, 1960-1961; Viana & Deus, 1950a; Viana & Deus, 1950b; Viana & Deus, 1951; Viana & Deus, 1952; Viana & Deus, 1955a; Viana & Deus, 1955b; Viana & Deus, 1955c; Viana & Deus, 1957; Viana & Deus, 1958)².

2. OS DADOS CONHECIDOS E O CONTRIBUTO

3 A actividade exploratória dos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando e Abel Viana saldou-se na identificação (e, na maioria dos casos, efectiva escavação) de mais de uma centena de arqueossítios, localizados no território dos distritos de Portalegre (sobretudo na área do concelho de Elvas) e Évora, assim como na recolha de um vasto conjunto de espólio. Em 1956, Abel Viana contabilizou um total aproximado de 1570 peças resultantes de todas as intervenções arqueológicas realizadas na região alto alentejana, sendo que do valor contabilizado cerca de 936 correspondiam a espólio proveniente das estações romanas e romano-visigóticas. Actualmente, e de acordo com dados que nos foi possível apurar até à data, o total de espólio datável de época romana e/ou tardo-romana recolhido durante cerca de vinte anos de explorações no actual território alto alentejano ascenderá aos dois milhares de peças (aproximadamente 2643 itens contabilizados), entre as quais uma significativa percentagem corresponde a espólio não localizado (ou sem proveniência atribuída) nas actuais instituições museológicas de depósito. A este respeito note-se que a quase totalidade do espólio resultante das ‘pesquisas’ iniciadas por A. Dias de Deus e A. Luís Agostinho integra actualmente o acervo do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança (Vila Viçosa), encontrando-se o restante material disperso pelos acervos do antigo Museu Municipal de Elvas António Thomaz Pires (Câmara Municipal de Elvas – Reservas de Arqueologia), Museu Nacional de Arqueologia, e Museu Geológico (LNEG/LGM)³.

4 Do conjunto de arqueossítios de cronologia romana e/ou tardo-antiga explorados apurou-se, com base nos dados publicados e nas fontes documentais consul-

² A elaboração do presente artigo enquadra-se no âmbito do projecto de investigação para doutoramento intitulado *O mundo funerário romano no Nordeste Alentejano*. Tem por objetivo central reunir toda a informação disponível (estudos publicados, fontes documentais, espólio) sobre as necrópoles romanas identificadas e exploradas, entre os anos 40 e 50 do século passado, pelos funcionários da Colónia de Vila Fernando e Abel Viana, com vista a apresentar uma visão de conjunto, e tão completa quanto possível, destes espaços funerários. Até à data estão identificadas e contabilizadas cerca de 1040 peças atribuídas às referidas necrópoles, encontrando-se em curso o respectivo estudo.

³ Laboratório Nacional de Energia e Geologia/ Laboratório de Geologia e Minas.

tadas, um total de 22 espaços funerários, correspondentes a aproximadamente 524 sepulturas, e que se distribuem, de norte para sul, pelo território dos actuais concelhos de Arronches, Monforte, e Elvas, na área do distrito de Portalegre; e de Vila Viçosa e Alandroal, na área do distrito de Évora. É, porém, no área do actual distrito de Portalegre que se concentra a maioria (17) destes espaços funerários: Herdade das Carninhas (Assunção, Arronches), Nossa Senhora do Carmo (Assunção, Arronches), A-do-Rico (Assunção, Arronches), Eira do Peral (Santo Aleixo, Monforte), Herdade de Fontalva (Santa Eulália, Elvas), Chaminé (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), Serrones (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), Alcarapinha (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), Horta da Serra (São Brás e São Lourenço, Elvas), Torre das Arcas (São Brás e São Lourenço, Elvas), Horta das Pinas (São Vicente e Ventosa, Elvas), Terrugem (Terrugem e Vila Boim, Elvas), Herdade da Camugem (Terrugem e Vila Boim, Elvas), Olival da Silveirinha (Terrugem e Vila Boim, Elvas), Herdade do Padrão (Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, Elvas), Monte da Ovelheira (Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, Elvas), e São Rafael (Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, Elvas). No território do actual distrito de Évora, contamos com os arqueossítios da Herdade de Padrãozinho (Ciladas, Vila Viçosa), anta do Carvão (Ciladas, Vila Viçosa), Herdade dos Queimados (Ciladas, Vila Viçosa), Cardeira (União das freguesias de Alandroal, São Brás dos Matos e Juromenha, Alandroal), e Juromenha (União das freguesias de Alandroal, São Brás dos Matos e Juromenha, Alandroal). Naturalmente que o facto destas ‘pesquisas’ se terem concentrado, com especial incidência, no actual território elvense contribuiu para que o número de arqueossítios identificados na área daquele concelho fosse bastante mais elevado comparativamente ao número de sítios identificados no território dos restantes concelhos abrangidos pela actividade exploratória dos funcionários de Vila Fernando e Abel Viana. Igualmente sintomático desta situação é o facto de parte dos arqueossítios acima listados terem ficado conhecidos como «necrópoles céltico-romanas elvenses», segundo a denominação vulgarizada nos trabalhos publicados pelos ‘pesquisadores’ (Viana e Deus, 1950a). Relativamente aos arqueossítios de Fontalva (Santa Eulália, Elvas) e Olival da Silveirinha (Terrugem e Vila Boim, Elvas) importa esclarecer que correspondem a locais onde se identificaram, pelo menos, uma sepultura de cronologia romana, e em cuja exploração esteve directamente implicado Abel Viana, mas não A. Dias de Deus. No primeiro caso, a identificação do sítio romano de Fontalva e a recolha de espólio terá assumido contornos distintos das restantes necrópoles alto alentejanas em análise, uma vez que terá ficado a dever-se fundamentalmente (se não mesmo exclusivamente) a recolhas levadas a cabo pelo então proprietário da referida Herdade – Ruy d’Andrade, e não a explorações arqueológicas levadas a cabo pela dupla Abel Viana e A. Dias de Deus (Sepúlveda e Carvalho, 1998: 245). No segundo caso, a identificação de uma sepultura romana no sítio de Olival da Silveirinha parece ter correspondido a uma descoberta fortuita ocorrida em 1961, tendo a respectiva exploração ficado somente a cargo de Abel Viana, sem contar com os companheiros de Vila Fernando. [Figura 2]

5 Trata-se de um conjunto de espaços funerários em meio rural, associados a *villae* ou a pontos de povoamento secundários (Caetano, 2002: 319), com características e cronologias diversas, que vão desde a Idade do Ferro (séc.s V-IV a.C.), como os exemplos dos campos de urnas da Chaminé, Cardeira ou Padrãozinho 2, até aos séculos III-IV d.C. e/ou Antiguidade Tardia, conforme se documenta em Padrãozinho 1 e Padrãozinho 4, Camugem, Torre das Arcas, Serrones e Chaminé. A maioria dos enterramentos é datável de época imperial (séc.s I-III d.C.), e a cremação (primária ou secundária) tende a ser o rito funerário predominante, ainda que, nalguns casos, como em Nossa Senhora do Carmo ou Monte da Ovelheira, não disponhamos de dados sobre o rito praticado. A percentagem de enterramentos em urna perfaz aproximadamente 10 a 15% da globalidade da amostra (Caetano, 2002: 329). Na maioria das situações em que se documenta a prática dos dois ritos –incineração e inumação– as limitações dos dados disponíveis e as dificuldades na identificação do contexto de sepultura do espólio disponível não nos permitem inferir sobre uma eventual diferenciação cronológica, espacial e/ou social entre enterramentos associados a diferentes ritos. No caso particular da necrópole de Torre das Arcas, genericamente enquadrável numa cronologia dos séc.s II-III d.C., parece ser possível atestar a coexistência da prática da incineração e inumação no mesmo espaço funerário, ao longo da respectiva diacronia de utilização (Caetano, 2002: 331; Viana e Deus, 1955b). De acordo com a informação publicada pelos ‘escavadores’, terão sido localizadas várias áreas identificadas como prováveis *ustrina*, designadamente no espaço funerário da Chaminé e Horta das Pinas (Viana, 1955: 10; Viana e Deus, 1951: 91). Neste último caso, os autores referem-se igualmente a evidências de incinerações *in busta* (Viana e Deus, 1951: 98). Não parecem ter sido identificadas sepulturas monumentais ou mausoléus, o que poderá explicar-se, pelo menos em parte (e tendo em conta o espólio disponível), pela verosimilhança de estarmos perante espaços funerários ao serviço de uma população local de modestos recursos, que trabalharia nas *villae* ou que se dedicaria à actividade agro-pecuária, habitando nos pequenos aglomerados populacionais e casais agrícolas que comporiam o quadro de povoamento à época romana na área geográfica em questão. Ainda assim, refira-se a existência de um sarcófago de mármore, encontrado na Eira do Peral e actualmente em depósito nas Reservas da Câmara Municipal de Elvas, elemento que, apesar das suas características (peça lisa, sem qualquer decoração, tendo como único elemento distintivo a tampa de perfil prismático) nos remete para um maior ‘investimento’ por parte do seu encomendante. Encontra paralelos noutros sarcófagos tipologicamente semelhantes identificados na região elvensê, como por exemplo, o sarcófago encontrado na Herdade do Botafogo, e igualmente constante do acervo do antigo Museu Municipal de Elvas (Carneiro, 2014, II: 201; Pires, 1901: 6). Para além disso, coloca-se a hipótese da existência de um eventual enterramento de características monumentais no arqueossítio da Camugem (Caetano, 2002: 319), o único local do conjunto das 22 necrópoles identificadas onde se terão recolhido placas funerárias,

ainda que em contexto de reutilização (Encarnação, 1984: 652, 662, n.ºs 585, 597; Viana, 1950: 313-315).

6 No que respeita à orientação e organização espacial destas necrópoles, não se regista uma homogeneidade. De um modo geral, quer a orientação E-W (por exemplo, em Serrones, Torre das Arcas e Padrãozinho 1), quer a orientação N-S (por exemplo, na Chaminé e em Padrãozinho 4), se encontram documentadas, verificando-se ainda variações, incluindo na orientação das sepulturas no seio do mesmo espaço funerário (conforme se verifica, por exemplo, em Serrones). De igual modo, regista-se a existência de espaços funerários com uma distribuição dos enterramentos aparentemente desorganizada (vejam-se os casos de Horta da Serra ou Torre das Arcas –Viana e Deus, 1955c: 22, figura 13), enquanto noutros se distingue uma regularidade na orientação e alinhamento destes como ocorre, por exemplo, em Padrãozinho 1 –Viana e Deus, 1955c: 1, figura 1). No que se refere à arquitectura tumular, o conjunto de necrópoles em análise sobressai pela variedade formal das sepulturas identificadas. Relativamente aos enterramentos em urna (associados a enterramentos *in busta* ou a deposições secundárias), predomina a tipologia de covacho simples aberto no subsolo com uma cobertura de pequenas pedras soltas ou tégulas (tipo de enterramento documentado, por exemplo, na Chaminé, Horta das Pinas e Padrãozinho 2) (Viana e Deus, 1950b; Viana e Deus, 1955c: 2). Nas variantes mais elaboradas deste tipo de enterramentos, temos covachos de planta rectangular com estruturas em caixa, formadas por lajes, tijolos ou tégulas, e com coberturas de lajes, tégulas ou pedras (variantes representadas nas necrópoles de Padrão, Padrãozinho 4 e Serrones) (Frade e Caetano, 1993: 850-851; Viana e Deus, 1950b: 236-244; Viana e Deus, 1955c). As sepulturas de inumação, apesar de numericamente inferiores às de incineração, parecem igualmente distinguir-se pela diversidade tipológica documentada. De um modo geral, a solução adoptada corresponde ao típico enterramento de planta rectangular ou trapezoidal, com ou sem revestimento. As tumulações em caixa (documentadas nas necrópoles de Padrãozinho 1 e Torre das Arcas) tendem a apresentar uma estrutura construída em lajes, tijolos e tégulas, com cobertura nos mesmos materiais. A propósito desta heterogeneidade da arquitectura tumular, assinala-se a variedade de soluções construtivas representada na necrópole de Torre das Arcas, onde foram identificados, entre os 79 enterramentos explorados, 16 tipologias construtivas distintas –desde covachos simples com cobertura de pedras, a sepulturas em caixa com estrutura e cobertura de lajes, sepulturas integralmente construídas com tégulas ou tijolos (com ou sem argamassa), sepulturas com paredes laterais de lajes e topos em tijolo, ou sepulturas com estrutura em tijolos e cobertura de lajes (Deus, Louro e Viana, 1955: 575). [Figura 3]

7 Sem colocar em causa o inegável mérito reconhecido às intervenções de A. Dias de Deus e Abel Viana, há que esclarecer que a intenção de explorar todo o potencial informativo das designadas «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas, designadamente no que diz respeito à análise multidimensional do registo

funerário, se revela uma tarefa muito condicionada. Os condicionalismos decorrem, por um lado, das limitações inerentes às vicissitudes dos trabalhos de escavação, registo, e posterior tratamento e acondicionamento dos materiais; e, por outro, das lacunas de informação registadas ao nível da descrição e inventário das peças, e dos lapsos nas ilustrações e legendas dos textos publicados à época, que se traduzem em dificuldades acrescidas na tentativa de reconstituição dos conjuntos funerários. O interesse fundamental dos ‘pesquisadores’ parece ter recaído sobre a morfologia das sepulturas, conforme evidenciam os trabalhos publicados, e, apesar de parecer haver a noção da importância dos conjuntos funerários, as descrições do espólio tendem a ser bastante concisas e superficiais (Alarcão e Alarcão, 1967: 1; Sepúlveda e Carvalho, 1998: 241). De um modo geral, as publicações que resultaram das intervenções em análise caracterizam-se pela escassez de descrições dos materiais exumados e pelas lacunas ao nível da respectiva associação ao contexto de achado, bem como por uma apresentação gráfica nem sempre favorável à identificação das peças. Consequentemente, e apesar de se ter procedido à escavação de cerca de 512 do total de 524 sepulturas identificadas (ou seja, aproximadamente 97% da totalidade dos enterramentos identificados, excluindo-se desta percentagem aqueles que já se encontravam vandalizados ou destruídos à data da intervenção dos ‘pesquisadores’), somente para uma parte minoritária destas sepulturas é possível identificar o espólio associado e proceder à reconstituição dos respectivos conjuntos funerários. Acresce a estas limitações o facto de nenhuma das necrópoles ter sido escavada na sua totalidade, encontrando-se algumas delas (como por exemplo, Horta das Pinas ou Padrãozinho) já parcialmente destruídas quando A. Dias de Deus e os seus colaboradores tomaram conhecimento da sua existência (Viana, 1955: 24). Por este motivo, presume-se que o número de enterramentos documentado fique bastante aquém do número real de enterramentos por necrópole e que, consequentemente, não possa considerar-se representativo da verdadeira dimensão dos espaços funerários identificados. De igual modo, a não recolha do material osteológico identificado nos arqueossítios intervencionados ditou, à partida, a inviabilidade de qualquer abordagem bioantropológica e o estudo da população que aí se terá feito sepultar.

- 8 Outro dos condicionalismos que pesa sobre a ‘herança’ destas ‘pesquisas’ arqueológicas prende-se com o tratamento dado ao vasto espólio recolhido. Não nos parece que a gestão de tão significativa quantidade de materiais, de diversas categorias e com distintas proveniências, aliada a um registo de campo deficiente, tenha sido tarefa fácil para Abel Viana e A. Dias de Deus— “(...) *limitações diversas, entre as quais sobressaíam a falta de condições materiais e apoio académico, conduziram a alguma dispersão do espólio das necrópoles que Abel Viana e António D. de Deus escavaram nas décadas de 40 e 50, na região de Elvas. As mesmas razões explicam que o tratamento dado aos objectos (incluindo a publicação) não tenha sido tão cuidado como o trabalho de escavação*” (Alarcão, A., 1988: 203). À distribuição pouco criteriosa do espólio por diferentes instituições museológicas, isto é, motivada acima de tudo pela

premência em encontrar um local de depósito, oficial e definitivo (que não as instalações da Colónia Correccional de Vila Fernando), para os materiais, e aparentemente sem ter em linha de conta outro critério que não a distribuição equitativa de peças de ‘relevância’ idêntica, deve também acrescentar-se alguma negligência verificada na organização, tratamento e acondicionamento do espólio (peças danificadas, peças com intervenções de restauro comprometedoras, peças que se perderam ou actualmente não localizáveis, peças sem informação de proveniência), e incontornáveis lacunas de informação registadas ao nível da inventariação dos materiais. Ainda assim, e apesar destes condicionalismos, a representatividade unimérica e qualitativa do conjunto de espólio atribuído a estas necrópoles suscitou, sobretudo ao longo da segunda metade do séc. XX, o interesse de vários investigadores, conforme atestam os estudos publicados sobre a *terra sigillata* (Alarcão, 1960-1961), as lucernas (Alarcão e Ponte, 1976), os vidros (Alarcão, 1967; 1975; 1978; Alarcão e Alarcão, 1967), a cerâmica de paredes finas (Mayet, 1975; Sepúlveda e Carvalho, 1998), a cerâmica comum (Nolen, 1985; 1995-1997), os metais (Ponte, 1986; Arezes, 2010; 2014), e a epigrafia funerária (Encarnação, 1984). Do total de 850 peças publicadas, conhece-se a necrópole de origem de aproximadamente 568, enquanto o restante material permanece como espólio sem proveniência conhecida, sendo genericamente atribuível às ‘necrópoles alto alentejanas’ ou às recolhas dos funcionários da Colónia de Vila Fernando e Abel Viana em arqueossítios de cronologia romana/ tardo-romana⁴.

3. UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO: A NECRÓPOLE DA HERDADE DA CHAMINÉ (VILA FERNANDO, ELVAS, PORTALEGRE)

9 De entre os 22 espaços funerários explorados pelos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando, contando com a colaboração de Abel Viana, a necrópole da Chaminé (CNS 1472⁵; N 38° 54.793’ W 007° 16.623’) afigura-se-nos como um caso paradigmático, razão pela qual lhe dedicamos a nossa atenção particular no presente trabalho. O arqueossítio da Chaminé é, em nosso entender, um testemunho expressivo, não só da realidade arqueológica funerária documentada na região alto alentejana, mas também da polémica que envolveu as ‘pesquisas’ levadas a cabo por A. Dias de Deus e Abel Viana, e que viria a marcar um período particular da Arqueologia portuguesa. No que concerne ao primeiro aspecto, a

⁴ Da amostra de 1040 peças contabilizada no âmbito do projecto de investigação em curso, apenas se encontra apurado, até à data, o contexto de sepultura de cerca de 22% dos itens, evidenciando-se assim o desequilíbrio entre a quantidade de espólio recolhido nestas intervenções e o volume de informação conhecido sobre os arqueossítios intervencionados.

⁵ Código Nacional de Sítio, de acordo com o Sistema de Informação e Gestão Arqueológica da Direcção Geral do Património Cultural.

necrópole da Chaminé assume especial relevância na medida em que parece congrega duas características fundamentais que a distinguem das demais necrópoles intervencionadas. Por um lado, parece documentar uma “*necropolização contínua*” (Carneiro, 2015: 129-130), isto é, uma larga diacronia de uso daquele espaço como espaço funerário, concebida não de forma ininterrupta mas, pelo contrário, admitindo hiatos nessa utilização. A acumulação, e nalguns casos sobreposição, de enterramentos, desde época pré-romana até à Antiguidade Tardia, faz da Chaminé o espaço funerário com maior amplitude cronológica documentada entre o conjunto das ditas «necrópoles céltico-romanas». Por outro lado, a Chaminé é um dos poucos exemplos (para a realidade arqueológica conhecida do mundo funerário romano no Alto Alentejo) em que é possível estabelecer, com relativa segurança, a relação entre um espaço de morte e um espaço de vida (neste caso particular, o arqueossítio do Carrão) e assumir a coexistência de ambos, pelo menos em parte da longa diacronia de utilização da área funerária. No que diz respeito ao segundo aspecto, impõe-se esclarecer que as opiniões relativas às ‘pesquisas’ arqueológicas desenvolvidas na região alto-alentejana, pelos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando (e Abel Viana), não foram, (à época) consensuais. Foram evidentes as tentativas de descredibilização e bloqueio por parte de Manuel Heleno (1894-1970), então figura central na gestão dos destinos da investigação arqueológica nacional enquanto Director do Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcellos e Professor Catedrático de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Paralelamente, e em oposição a um certo isolamento científico e postura conflituosa cultivados pelo sucessor de J. Leite de Vasconcellos (Cardoso, 1999: 139; Fabião, 1999: 125), verificou-se o apoio concedido por A. Augusto Mendes Corrêa (1888-1960), fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Presidente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, a cujo aval supervisor Abel Viana logrou, a partir de finais de 1949, submeter as explorações arqueológicas levadas a cabo em colaboração com A. Dias de Deus (Viana, 1955a: 1). Em Outubro de 1949, na sequência de uma visita de três dias (de 27 a 29 de Outubro de 1949) realizada por Manuel Heleno a Vila Fernando, e em particular aos sítios da Chaminé, Carrão e Terrugem, Abel Viana e A. Dias de Deus viram-se obrigados a suspender a realização de quaisquer trabalhos nos referidos arqueossítios, passando a exploração destes a estar sob a responsabilidade da equipa do então Museu Etnológico (Viana, 1949: 4-5; Cardoso, 1999: 153; Fabião, 1998, I: 317; Viana e Deus, 1951: 89 e 91). A decisão oficial de suspensão dos trabalhos desenvolvidos pelo funcionário da Colónia Penal, em colaboração com Abel Viana, passava alegadamente, e no entender do então Director do Museu Etnológico, pela necessidade de pôr termo a largos anos de intervenções levadas a cabo “*com interesse e com cuidado, mas sem os conhecimentos técnicos requeridos*” (Heleno, 1956: 83). Apesar da reconhecida legitimidade das observações do então Director do Museu Etnológico no que se refere às limitações do método, registo e interpretação inerentes às pesquisas em causa, a intervenção de Manuel Heleno parece ter sido especialmente motivada pelo interesse de que se revestia, para o próprio, o campo

de urnas da Chaminé, como meio, não só de enriquecer o acervo da instituição museológica que dirigia, mas, sobretudo, de validar o postulado celtizante que defendia para a etnogénesis das populações do território actualmente português (Carneiro, 2014, II: 184, nota 424; 324, nota 807; Heleno, 1951: 90). Todavia, e não obstante a declarada necessidade de “*imprimir orientação científica às investigações a realizar nas estações descritas (Chaminé, Terrugem, e Carrão) e evitar a destruição do que ficou e perda dos espólios*” (Heleno, 1951: 94), as estações arqueológicas em questão não voltaram a ser intervencionadas, ficando assim o seu estudo irremediavelmente comprometido (Cardoso, 1999: 153; Fabião, 1998, I: 371). Pode dizer-se que a tomada de posição de Manuel Heleno em relação às explorações arqueológicas na região elvense ditou o início de uma nova (e derradeira) etapa das ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus e despoletou uma contenda irresolúvel com Abel Viana, que deve ser entendida à luz do jogo de forças (entre o então director do Museu Etnológico e A. Augusto Mendes Corrêa) que marcou o panorama da Arqueologia nacional durante a primeira metade do séc. XX (Fabião, 1999: 120).

- 10 A Herdade da Chaminé (Vila Fernando, Elvas, Portalegre) encontra-se situada a este da povoação de Vila Fernando e da Colónia Correccional. Presume-se que o espaço funerário identificado nos terrenos da referida herdade, em finais da década de 40 do século XX por A. Dias de Deus, se localizasse numa extensão de terreno aplanado que margina, a nascente, o caminho de acesso às actuais casas da herdade, sendo delimitada, a norte, por linhas de água subsidiárias do ribeiro da Chaminé e, a sul, pelo ribeiro do Carrão. O achado das primeiras sepulturas na Herdade da Chaminé ocorreu em Outubro de 1948, na sequência de um conjunto de intervenções iniciadas por A. Dias de Deus no sítio da Herdade do Carrão em Janeiro desse mesmo ano (Deus, s.d.: 7-8). O arqueossítio não voltou a ser escavado desde finais dos anos 40 até à actualidade e, hoje em dia, aquela que supomos ter sido a sua área de implantação encontra-se reservada à prática da olivicultura intensiva, não sendo visível qualquer evidência arqueológica do antigo espaço funerário. Não se conhece nenhuma planta da área explorada mas, na opinião dos ‘pesquisadores’, somente terá sido posta a descoberto uma pequena parte (não superior a 1600 m²) da totalidade da área de enterramentos, prolongando-se “*pelo menos, em duas direcções, até um limite não verificado*” (Deus, s.d.: 12; Viana, 1950: 311). Até à data encontram-se contabilizadas cerca de 198 peças genericamente atribuídas ao espaço funerário da Chaminé (constantes das colecções de Arqueologia do Museu Nacional de Arqueologia, Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e antigo Museu Municipal de Elvas). Não podemos, todavia, deixar de ressaltar a possibilidade desta amostra ficar aquém do volume de materiais recolhidos pelos ‘escavadores’, tendo em conta a existência de numeroso espólio genericamente atribuído às recolhas realizadas pelos funcionários da Colónia Correccional e Abel Viana sem proveniência conhecida, conforme mencionado anteriormente. [Figuras 4 e 5]

11 Nos terrenos da Herdade da Chaminé foi escavado um campo de urnas, com uma extensão de aproximadamente 1200 m² (Heleno, 1951: 85), onde se identificaram e exumaram mais de 150 urnas cinerárias (Viana, 1950: 309-310; Deus, s.d.: 12). Encontrar-se-iam a uma profundidade de cerca de 30 a 50 cm, e dispunham-se isoladas, agrupadas em conjuntos de dois a quatro urnas, ou sobrepostas (Heleno, 1951: 86; Viana, 1950: 309-310; Deus, s.d.: 12). De um modo geral, e atendendo à informação disponível, parecem poder distinguir-se dois tipos de enterramentos em urna na Chaminé: o tipo predominante, correspondente à deposição das urnas numa espécie de caixa, formada por lajes ou paredes de pedras de pequenas a médias dimensões, e rodeada e coberta por amontoados de pedras, aparentemente sem uma disposição específica; e um segundo tipo, mais simples, que corresponderia à colocação das urnas e restos incinerados em simples covachos ou nas cavidades naturais do subsolo rochoso, sem qualquer estrutura de caixa a servir de protecção, apenas cobertas por montículos de pedras, normalmente não visíveis à superfície do terreno (Viana e Deus, 1951: 90; Viana e Deus, 1958: 4). [Figura 6] Tendencialmente as urnas apresentar-se-iam tapadas com um prato fundo, uma tigela em calote esférica, ou com uma pequena laje de pedra (sensivelmente plana) cobrindo a respectiva abertura. As urnas tapadas com laje tendiam a apresentar um prato mais pequeno depositado no interior das mesmas, cobrindo as cinzas, e, nalguns casos poderiam também encontrar-se assentes em pratos (Viana e Deus, 1951: 90). O espólio funerário era depositado no interior das urnas ou, pelo contrário, no exterior, no meio das cinzas ou entre as pedras que cobriam e delimitavam os enterramentos. Entre este, destaca-se a presença de contas de colar (em pasta vítrea ou calcário) e de espólio metálico diverso (fragmentos de elementos de guarnições de freios de equídeos, armas, pinças, e objetos de adorno, designadamente brincos, fivelas e fíbulas) (Viana, 1950: 309-310; Viana e Deus, 1951: 90-91; Viana e Deus, 1958: 2-5). Uma significativa parte das peças apresentavam-se fragmentadas e queimadas, indiciando a prática da incineração do cadáver acompanhado do respectivo espólio funerário (total ou parcial) (Vaquerizo Gil, 2002, II: 159). Para além disso, alguns dos objectos metálicos apresentam-se dobrados ou partidos, o que parece sugerir a prática do ‘rito destrutivo’, comum até inícios do séc. III a.C. e progressivamente abandonado a partir desse período (Jímenez Díez, 2006: 88-89).

12 Relativamente ao espólio cerâmico, e de acordo com as observações de Abel Viana e A. Dias de Deus (Viana, 1950: 310; Viana e Deus, 1950a: 68), no conjunto de urnas exumadas seria possível distinguir 16 a 18 formas diferentes, sendo que *“casi siempre de dimensiones relativamente grandes, aunque lejos de alcanzar el tamaño de las que se encuentran en las necrópolis ibéricas levantinas, y un poco menores que las de los campos de urnas catalanes”* (Viana e Deus, 1950b: 233). Os autores sublinham a diferenciação entre a cerâmica de produção manual, de fabrico e textura grosseiros e com decoração incisa (à qual tendem a estar associados os fragmentos de cerâmica com pintura de motivos circulares), e a cerâmica a torno, de textura mais fina

e compacta, e geralmente lisa. De um modo geral, o material cerâmico atribuído ao campo de urnas da Chaminé inclui uma considerável variedade de morfotipologias, que nos parecem remeter para produções locais enquadráveis na tradição oleira indígena da II Idade do Ferro (Rodríguez Díaz e Berrocal Rangel, 1988: 218-232) e, paralelamente, para uma clara influência de modelos meridionais (Fabião, 1998, I: 375). De entre as urnas de cerâmica manual, de fabrico grosseiro e cozedura irregular, distinguem-se os recipientes fechados de perfil ovóide, com pé mais ou menos destacado, e bordo envasado, com decoração de motivos incisos ou de cordões plásticos com incisões, cujos paralelos apontam para um enquadramento cronológico dos séc.s IV-III a.C. (Beirão et al., 1985: 132). O conjunto de cerâmica a torno, de fabrico mais cuidado e predominantemente lisa, apresenta um repertório formal bem conhecido para a II Idade do Ferro, com paralelos, por exemplo, no acervo cerâmico do depósito votivo de Garvão (Ourique, Beja, Portugal) (Beirão et al., 1985) e das necrópoles de El Mercadillo (Botija, Cáceres) (Hernández Hernández & Galán Domingo, 1996) e de El Romazal (Plasenzuela, Cáceres) (Hernández Hernández, 1998). Entre as formas mais representadas contam-se os recipientes abertos de perfil troncocónico, com carena, base côncava, colo relativamente alto e destacado, e bordo esvasado; as taças de perfil globular, base côncava, colo muito curto ou ausente, e bordo esvasado, e as tigelas ou prato de perfil semiesférico, com pé mais ou menos desenvolvido e bordo simples, com dois orifícios circulares abaixo da linha do lábio. A cerâmica pintada, com decoração policroma, composta por semicírculos intercalados com séries de linhas verticais paralelas, reforça a ideia de uma aproximação à cerâmica pintada da Andaluzia ocidental (Beirão et al., 1985: 131). Os únicos três fragmentos de que dispomos pertencem ao mesmo recipiente cerâmico e encontram paralelos aproximados na subvariante e) do Grupo I ou subvariante e) do Grupo VI do tipo 1 da cerâmica ibérica de Almedinilla (Vaquerizo Gil, 1988-1989: 105-106, 114-116), e, entre outros, em El Mercadillo (Hernández Hernández & Galán Domingo, 1996) e em Garvão (Beirão et al., 1985). Do espólio cerâmico da Chaminé parece estar ausente a cerâmica de decoração estampilhada (Fabião, 1998, I: 382), facto que não deixa de suscitar alguma estranheza atendendo à documentada presença desta cerâmica no termo sul e oriental da região alto alentejana, designadamente nos arqueossítios de Segóvia (Elvas), Vaiamonte (Monforte), ou Safara e Baldio (Arronches) (Arnaud e Gamito, 1974-1977). Não nos é possível avaliar em que medida esta ausência pode ser encarada como um indicador cultural, ou simplesmente como o resultado das vicissitudes dos trabalhos de exploração da necrópole, designadamente da recolha selectiva de espólio durante os trabalhos de campo, ou mesmo da não escavação da necrópole em toda a sua extensão⁶. Entre o material cerâmico atribuído ao cam-

⁶ Por norma, A. Dias de Deus e colaboradores somente procediam à recolha das peças em bom estado de conservação ou que, estando fragmentadas, eram consideradas passíveis de reconstituição. No caso da Chaminé, a natureza do subsolo parece ter dificultado a tarefa de exumação dos materiais –“*el suelo es duro y muy comprimido y tal hecho asociado al modo de que las urnas y demás objetos están enterrados hace la exploración bastante difícil*” (viana e deus, 1951: 90).

po de urnas inclui-se também um conjunto de 39 cossoiros (valor contabilizado à data do presente artigo). São, na sua maioria, de fabrico em molde, com perfis variados, embora predominando os cossoiros de perfil tronconcónico e bitronconcónico (tipos D-1a e E-1, Segundo Castro Curel, 1980: 138). Tendem a apresentar decoração incisa, destacando-se os motivos estrelados formados por linhas pontilhadas nas faces superior e laterais dos cossoiros. [Figura 7]

- 13 Relativamente ao espólio metálico, sobressai a presença de armas, como, por exemplo, uma espada de antenas de ferro, ritualmente dobrada em três partes, de tipo VI “Arcobriga”, e datável dos séc.s IV-III a.C. (Fabião, 1998, I: 376; Lorrio e Sánchez de Prado, 2009: 118-122, 301-303, 308-309; Quesada Sanz, 1997: 208; Tristão, 2012: 48, 67; Viana, 1950: figura 14-2), para além de uma ponta de lança de ferro (Viana, 1950: 309, figura 15-1; Viana e Deus, 1950b: figuras 6 e 18-37), um dardo (Ponte, 1986: 105, 107, n.º 11), e uma faca afalcatada (Viana, 1950: figura 15-5, estampa VII-47; Viana e Deus, 1951: lâmina XV, figura 22-8; Viana e Deus, 1950b: figuras 6 e 18). Nalguns casos, o precário estado de conservação das peças dificulta a respectiva classificação tipológica. Veja-se, por exemplo, o fragmento de espora atribuído ao campo de urnas da Chaminé e actualmente constante do acervo do antigo Museu Municipal de Elvas, para a qual apenas podemos sugerir um eventual enquadramento no Grupo 2A definido por Quesada Sanz (2005: 131, figura 34). Parcialmente estudado e publicado por Salette da Ponte (1986), o conjunto de fíbulas genericamente atribuíveis à Chaminé corresponde, de acordo com os dados apurados até à data, a 23 exemplares. As fíbulas anulares hispânicas, identificáveis com os tipos Cuadrado 4-a e 10c (Cuadrado, 1957: 45-46, 58; Ponte, 1986: 115) destacam-se pela sua representatividade numérica, mas conta-se também com exemplares de tipo Nauheim e La Tène I, estes últimos aparentemente enquadráveis no tipo 8A.1 definido por Argente Oliver (1994: 149, 151) (Fabião, 1998, I: 377; Ponte, 1986: 114-119, n.ºs 28.2-28.11). Em função dos dados actualmente conhecidos, sugere-se para a utilização do campo de urnas da Chaminé uma cronologia centrada entre finais do séc. IV –inícios do séc. II a.C. (Fabião, 1998, I: 383).
- 14 Numa das extremidades do campo de urnas foram identificados três locais onde se verificou a concentração de terra negra e cinzas, tendo sido interpretados como possíveis *ustrina* (Viana, 1950: 311). Próximo de um destes locais –descrito pelos ‘pesquisadores’ como uma espécie de pavimento de pequenas pedras, com uma área não superior a 3 m², e coberto por uma camada de terra negra e cinzas (Viana e Deus, 1950a: 69; Viana e Deus, 1958: 5)– foi identificado um enterramento de incineração de cronologia alto imperial. Morfologicamente idêntico às demais tumulações em urna –depositado num covacho, delimitado e coberto por pedras (Viana e Deus, 1950a: 69), este enterramento revelou um conjunto de espólio composto por oito peças cerâmicas, incluindo *terra sigillata* e paredes finas, uma pequena jarra de vidro datável de meados do séc. I d.C. (Alarcão e Alarcão, 1967: 22, 41, n.º 43) e uma moeda do século I d.C. (Heleno, 1951: 89; Viana e Deus, 1950b:

235; Viana e Deus, 1951: 91)⁷. Considerando a associação da jarra, com paralelos aproximados na forma Isings 52-c (Isings, 1957: 71), e da moeda aos exemplares de *terra sigillata* hispânica –formas Drag. 24/25 e Drag. 35, bem como a presença de cerâmica de paredes finas (ainda que por localizar) (Viana e Deus, 1950a: 69; Viana e Deus, 1950b: 235), propõe-se para este enterramento uma cronologia de meados do séc. I– primeira metade do séc. II d.C.. [Figura 8]

- 15 Na mesma área do campo de urnas identificaram-se igualmente sepulturas de inumação. Contabilizaram-se aproximadamente 50 enterramentos, com orientação este-oeste e disposição simétrica, de planta rectangular e trapezoidal (a maioria de planta trapezoidal), alguns apresentando uma das extremidades bastante mais estreita em relação à outra (Deus, s.d.: 11; Viana, 1950: 308). Apresentavam diferentes tipologias construtivas –com paredes e cobertura de pedras; em caixa com revestimento e cobertura de lajes, ou construídas com telhas e cobertas por telhas ou tijolos (Deus, s.d.: 11; Heleno, 1951: 89). Esta acumulação de enterramentos aproveitando os espaços vazios de uma utilização funerária precedente foi assim descrita pelos seus ‘escavadores’: “*intercaladas nestes enterramentos de vasos e restos de incineração, havia umas quantas sepulturas formadas por pequenas lascas de pedra dispostas à maneira de cistas muito baixas e muito estreitas, semelhantes a pequenos canais com cerca de dois metros de comprimento por um palmo de largura e palmo e meio de fundo*” (Viana e Deus, 1950a: 68). Continuam um ou mais esqueletos e, nalguns casos, apresentavam ossários depositados junto aos pés do inumado ou junto à parede lateral da sepultura (Deus, s.d.: 11; Viana, 1950: 308). O espólio associado aos enterramentos escavados revelou-se escasso, sendo essencialmente composto por objectos de adorno (contas de colar, fivelas, anéis, brincos) e tendo fornecido um único recipiente cerâmico, de fabrico grosseiro (Deus, s.d.: 11; Viana, 1950: 308). Não obstante as dificuldades registadas na localização deste espólio entre as colecções museológicas estudadas, sugere-se, em função dos materiais conhecidos, um âmbito cronológico enquadrável entre os séc.s V-VI d.C.. Esta proposta baseia-se na presença de itens como os brincos (bronze) filiformes com remate poliédrico, com paralelos documentados, por exemplo, em Conímbriga e Mérida (Arezes, 2001: Bri-12, estampa CIV, figuras 300-302, n.ºs 1-2; Barrero Martín, 2013: 139-140); brincos anelares (Arezes, 2001: Bri-07, estampa XCIX, figuras 285-287, n.ºs 1-2); e um anel com decoração incisa do motivo ‘SSS’ (uma das peças não localizadas, mas conhecida através da informação publicada –heleno, 1951: 89; viana, 1950: figura 2-10), com paralelos datáveis dos séc.s VI-VII/ VIII d.C. (Arezes, 2010: An-10, estampa LXXII, figuras 206-208, n.ºs 1-2; Barrero Martín, 2013: 139-140). [Figura 9].

⁷ Note-se que, à data do presente artigo, encontram-se por localizar nas colecções museológicas analisadas o numisma e a cerâmica de paredes finas mencionados. O restante espólio que compõem o conjunto funerário em questão integra os acervos do Museu Nacional de Arqueologia e Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

16 Contrariando a escassez de espólio associada a este núcleo de enterramentos, distinguiram-se duas sepulturas. A primeira, de planta rectangular e aparentemente associada ao rito de incineração (conforme indiciam a presença de cinzas e carvões), apresentaria um expressivo conjunto de 14 peças, das quais apenas se terão recolhido intactas cinco (Deus, s.d., 11; Viana, 1950: 308). A segunda, construída com tégulas, terá fornecido fragmentos de espólio cerâmico e vítreo (idem). As informações conhecidas não são esclarecedoras quanto a estes enterramentos e ao espólio que lhes estaria associado. Coloca-se a hipótese da primeira destas duas sepulturas poder corresponder ao enterramento assim descrito por Abel Viana: *“Em uma das extremidades deste cemitério, havia uma camada de terra negra, cinzas e ossos, tudo coberto por uma camada de pedras postas indistintamente. Por baixo destas pedras foram achadas cinco tigelinhas, duas candeias, três vasilhas de forma semelhante à dos actuais «barris» alentejanos, e dois pequenos boiões (supomos tratar-se de uma alusão a cerâmica de paredes finas), um de superfície encrespada, à maneira de carapinha, e outro com ornato de arquinhos sobrepostos e imbricados, e ainda um pequenino vaso de barro escuro, com a superfície pontilhada por meio de pequeninas incisões (...). Da mesma camada de terra negra procede um pequeno vaso de barro negro, com duas asas”* (Viana, 1950: 311). Porém, se a referência ao achado de um conjunto de 14 peças nos leva a considerar a viabilidade da hipótese apresentada, as informações disponíveis relativas à estrutura (em caixa, ou formada por pedras dispostas de forma aleatória) e implantação da sepultura (entre o núcleo de sepulturas de inumação, ou associada a uma possível área de *ustrinum* na área do campo de urnas) levam-nos a abordá-la com as devidas reservas. Não obstante as limitações com que nos debatemos no que respeita à informação disponível e, decorrentemente, à impossibilidade de identificação dos materiais que comporiam os conjuntos funerários das duas sepulturas em questão, parece-nos evidente estarmos perante um momento cronologicamente distinto do restante núcleo de enterramentos, provavelmente mais próximo do enterramento alto imperial anteriormente referido. A propósito, registre-se que as duas únicas lucernas identificadas como sendo provenientes da necrópole da Chaminé correspondem a formas Drag. 17 ou 19 e Drag. 27, genericamente atribuíveis ao séc. II d.C. (Celis Betriu, 2005: 443), sendo a última referida como a lucerna *“del túmulo más reciente del campo de urnas de Chaminé”* (Viana e Deus, 1951: lâmina XI, figura 16). Assim sendo, parece-nos viável assumir a existência de outros enterramentos de cronologia romana, e designadamente do Alto Império, no espaço funerário da Chaminé. A concentração de sepulturas de cronologias diversas numa mesma área, e as difíceis condições de escavação impostas pela natureza do solo, poderão explicar as dificuldades de interpretação das evidências arqueológicas por parte dos ‘pesquisadores’ e o facto de apenas se ter reconhecido um enterramento como alto imperial.

17 No arqueossítio da Chaminé foi ainda identificado um outro núcleo de sepulturas de inumação (entre 25 a 30), correspondente aos primeiros enterramentos descobertos e escavados por A. Dias de Deus naquele local, em Outubro de 1948

(Deus, s.d.: 8-9; Viana, 1950: 306). Este conjunto de sepulturas situar-se-ia a aproximadamente 50 metros da área escavada do campo de urnas, próximo de um poço e de outros vestígios de construções de época romana (Deus, s.d.: 9; Heleno, 1951: 93-94; Deus, Louro e Viana, 1955: 569). Os enterramentos apresentavam uma orientação norte-sul, planta rectangular ou trapezoidal, e uma construção, mais ou menos elaborada, com estrutura e cobertura de lajes, de granito ou xisto (Viana, 1950: 306). Neste núcleo verificaram-se duas sobreposições de enterramentos, sendo que as sepulturas do estrato inferior se caracterizavam por apresentar planta rectangular (e não trapezoidal como aquelas que se lhes sobrepunham), uma construção mais cuidada e maiores dimensões (Deus, Louro e Viana, 1955: 569; Viana, 1950: 306). A generalidade dos enterramentos do nível superior continha um ou mais esqueletos e escasso espólio –material cerâmico (somente em três sepulturas), numismas (identificados em duas sepulturas e atribuíveis ao Baixo Império), fragmentos de alfinetes de osso, e (aparentemente) contas de colar (âmbar) (Deus, s.d.: 9; Heleno, 1951: 93-94; Viana, 1950: 307). Mais uma vez os dados disponíveis não possibilitam a identificação do espólio associado a este conjunto de inumações e, por conseguinte, o apuramento da cronologia dos enterramentos. Coloca-se a hipótese de a totalidade das sepulturas de inumação escavadas no sítio da Chaminé documentarem diferentes fases de uso daquele espaço funerário. Neste sentido propõe-se que o conjunto destas 25/30 tumulações esteja associado a um momento mais antigo, enquadrável entre os séc.s III e IV d.C.; enquanto o núcleo das 50 sepulturas orientadas este-oeste nos parece remeter para uma cronologia mais tardia, compreendida entre os séc.s V-VI d.C. (Carneiro, 2015: 130), eventualmente extensível até ao séc. VII d.C. (Caetano, 2002: 331). Em função do acima exposto, fica evidente a complexidade estratigráfica do sítio, onde se distinguem “*pelo menos, quatro grandes fases de tumulações, desde os finais da Idade do Ferro até momentos visigóticos*” (Carneiro, 2011, I: 175). O arqueossítio da Chaminé mantém uma unidade enquanto espaço funerário reiteradamente utilizado ao longo de diferentes épocas, por diferentes comunidades. Todavia, e conforme parecem atestar as diversas fases de enterramentos documentadas, mais do que uma utilização contínua do mesmo espaço, parece ter-se verificado um conjunto de ‘*re-ocupações*’ (Fabião, 1998, I: 384).

- 18 Pelo menos em parte desta larga diacronia de utilização do espaço funerário da Chaminé, considera-se verosímil que este possa ter estado associado ao espaço habitacional, de cronologia romana, do Carrão (Vila Fernando, Elvas). Identificado em 1942 (Viana, 1950: 295-296), o sítio terá sido escavado por A. Dias de Deus entre Janeiro de 1948 e Outubro de 1949 (Deus, s.d.: 7). Os dois arqueossítios situam-se a curta distância, separados por uma pequena linha de água e pelo caminho de acesso aos actuais edifícios da Herdade da Chaminé. Os dados conhecidos sobre a designada *villa* do Carrão são muito escassos, uma vez que o sítio foi escavado durante um breve período de tempo e de forma não contínua ou sistemática. As primeiras sondagens no local terão sido realizadas em 1942 pelo Padre

Henrique da Silva Louro (Viana, 1950: 295-296), e a estas seguiram-se outras em 1946, já da iniciativa de A. Dias de Deus (Viana, 1950: 304). Em Janeiro de 1948, o funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando deu início às escavações no local (Deus, s.d.: 7), contando com a colaboração de Abel Viana (a partir de Julho de 1949). Estes trabalhos prolongaram-se, de forma descontínua, até Outubro de 1949, altura em que, conforme já mencionámos, A. Dias de Deus e Abel Viana se viram obrigados a cessar os trabalhos arqueológicos levados a cabo nas estações do Carrão, Chaminé e Terrugem (Viana e Deus, 1950b: 236; Viana e Deus, 1951: 91; Cardoso, 1999:153).

- 19 De assinalar que, na década de 40 do século passado, os ‘pesquisadores’ identificaram na Herdade do Carrão diversos vestígios de construções de época romana, designadamente silhares de granito, três represas (uma das quais amortizada), e um conjunto de *aedificia*. Entre estes incluía-se uma possível estrutura termal e uma provável habitação, com vários compartimentos rectangulares (um deles rematando em estrutura absidada) e pavimentos (seis, no total) em *opus tessellatum* (Deus, Louro e Viana, 1955: 568; Viana, 1950: 304-305). Também terão sido identificados outros três pavimentos em mosaico junto à área funerária escavada, a cerca de 40-50 metros de distância do campo de urnas e próximo de um poço (Deus, Louro e Viana, 1955: 569). Das ‘pesquisas’ realizadas terá resultado igualmente o achado de *terra sigillata*, fragmentos de ânforas, abundante cerâmica de construção, alfinetes de osso (*acus crinalis*), espólio metálico e moedas (na sua maioria do Baixo império) (Deus, s.d. 8; Deus, Louro e Viana, 1955: 568; Viana, 1950: 306). Há também notícias do achado, por parte de trabalhadores rurais (em data anterior às intervenções de A. Dias de Deus), de uma cabeça de estátua e de capitéis, os quais lamentavelmente nunca chegaram a ser recuperados (Viana, 1950: 296). Actualmente só nos foi possível reconhecer no terreno parte de uma estrutura de condução de água (represa) (Quintela et al., 1986: 70), parte de uma estrutura absidada de funcionalidade desconhecida, silhares de construção, e uma extensa mancha de material cerâmico disperso (cerâmica de construção e cerâmica utilitária). [Figura 10] Entre o escasso espólio disponível atribuído ao Carrão, contam-se dois exemplares de *terra sigillata* clara C e D, das formas Hayes 50 e 61B, respectivamente, remetendo-nos para um horizonte cronológico dos séc.s IV-V d.C. (Serrano Ramos, 2005: 239, 247). A iconografia conhecida dos pavimentos musivos identificados e o presumível achado de moedas datáveis do imperialato de Constantino (Heleno, 1951: 94) parecem igualmente reforçar uma cronologia do séc. IV d.C.. O único elemento dissonante parece corresponder a uma fivela, com paralelos em Conímbriga (Arezes, 2014, II: 35, estampa XIII, figuras 65-66), enquadrável no nível III definido por Ripoll López (1998: 50-51, figura 2), e datável do séc. VI d.C.. Sem informações de natureza estratigráfica ou relativas ao contexto de achado das peças, parece-nos viável propor que a última etapa da possível *villa* possa datar efectivamente do séc. IV d.C. (ainda que o *t.p.q.* da construção desta possa ser bastante anterior) e que, no decurso do séc. VI d.C.,

possa ter havido uma reocupação do espaço residencial, à semelhança do que se verificou para o espaço funerário. De qualquer modo, deverá assumir-se que a utilização do espaço funerário da Chaminé ultrapassa em larga medida a diacronia de utilização da área residencial do Carrão (Carneiro, 2015: 130). Pela significativa extensão da necrópole (apenas parcialmente conhecida) e pela ampla diacronia de utilização, coloca-se a hipótese do espaço da Chaminé ter servido como necrópole não apenas aos residentes da presumível *villa* do Carrão, mas também à população de outros estabelecimentos rurais, de maiores ou menores dimensões, localizados no território envolvente. Neste sentido, “*es lógico pensar que todo asentamiento genera un «habitat funerario», pero también puede darse el caso de que un antiguo cementerio pueda ser el generador de un hábitat*” (Ripoll López, 1989: 390). Os dados disponíveis, pela sua escassez, não permitem comprovar esta hipótese, porém, em nosso entender, parecem sugerir uma estabilidade do espaço funerário e o papel polarizador da Chaminé como necrópole e, nessa condição, como *locus religiosus* (Vaquerizo Gil, 2011: 95) para diferentes comunidades que, em diferentes momentos (desde, pelo menos, a II Idade do Ferro até à Antiguidade Tardia), habitaram aquele território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

20 Não obstante a contestável motivação e metodologia que, conforme vimos anteriormente, terão marcado os trabalhos de prospecção e recolhas levados a cabo pelos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando, a posterior colaboração de Abel Viana, e em particular o empenho por este colocado na publicação e divulgação dos resultados destas intervenções, acabou por determinar que esta ‘actividade exploratória’ se tenha saldado, acima de tudo, num inestimável contributo para o conhecimento da realidade arqueológica do actual território alto alentejano, e em particular da região elvense (Carneiro, 2011, II: 131). Contudo, reconhecer este inestimável legado passa também por admitir as incontornáveis limitações e condicionalismos que fazem parte da ‘herança’ destas ‘pesquisas’ e que se prendem, fundamentalmente, com as vicissitudes dos trabalhos de escavação e recolhas, sem carácter sistemático e fundamentalmente centrados na ideia do artefacto como *memorabilia* arqueológica, e com um registo amplamente deficitário (senão mesmo ausente, em boa parte dos casos). Desta forma, e no que se refere às «necrópoles céltico-romanas» e tardo-romanas exploradas, eventuais inferências sobre as práticas e ritos associados a cada enterramento, a concepção e organização dos espaços funerários (incluindo as respectivas dinâmicas de utilização, reutilização e abandono), a reconstituição dos conjuntos funerários e o apuramento das cronologias dos diversos enterramentos, encontram-se comprometidas, e a possibilidade de se recriar a intencionalidade que presidiu ao gesto funerário irre-

mediavelmente perdida (Alarcão, A., 1988: 207; Duday, 1997: 92). Há que salientar que, independentemente destas limitações e lacunas, a actividade destes ‘pesquisadores’ ‘salvou’ a existência de algumas destas necrópoles (a maioria) e demais estações identificadas/ intervencionadas pelos autores, do desconhecimento total, tornando-se possível, por um lado, a “*constituição de um corpus de materiais arqueológicos*” (Almeida, 2000: 26) e de arqueossítios, fundamental para o conhecimento da época romana (e não só) no actual Alto Alentejo; e, por outro lado, o esboço de um retrato (ainda que parcelar) das práticas funerárias (ritos, tipo de tumulações e espólio) comuns na área geográfica em questão em época romana e tardo-romana (Frade e Caetano, 1993). Assim, à luz dos dados conhecidos, sobressai a noção de que à familiaridade geográfica entre os espaços funerários explorados se apõe uma familiaridade cultural, extensiva a outras necrópoles da área geográfica em análise, como por exemplo, Rouca (Alandroal, Évora), Silveirona (Estremoz, Évora), Lage do Ouro (Crato, Portalegre), Pombais (Marvão, Portalegre), ou Santo André (Ponte de Sor, Portalegre). O espaço funerário da Chaminé assume-se como testemunho, não só da importância do contributo das ‘pesquisas’ dos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando e Abel Viana, às quais se deve o conhecimento que hoje dispomos sobre o arqueossítio, mas também de uma longa diacronia de utilização do mesmo espaço, por comunidades distintas mas perfeitamente conhecedoras do ‘seu’ tempo, conforme atesta a diversidade da cultura material e das soluções de ocupação/ utilização do espaço documentadas.

5. BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. (1960-1961), “Algumas peças de *terra sigillata* na secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa”, *Conímbriga*, vol.s II-III, 181-201, Coimbra.
- (1988), “Recensões Bibliográficas”, *Conímbriga*, vol. XXVII, 205-207, Coimbra.
- ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1976), “As lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa”, *Conímbriga*, vol. XV, 73-90, Coimbra.
- ALARCÃO, J. (1968), “Vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve”, *Conímbriga*, vol. VII, 7-39, Coimbra.
- (1975), “Bouteilles carrées au fond décoré du Portugal romain”, *Journal of Glass Studies*, n.º XVII, 47-53, New York.
- (1978), “Vidros romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)”, *Conímbriga*, vol. XVII, 101-112, Coimbra.
- (1988a), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins.
- ALARCÃO, J. (1988b), *Roman Portugal*, II: Gazetteer, fasc. 3: Évora – Faro – Lagos, Warminster.

- (1990), “Identificação das cidades da Lusitânia Portuguesa e dos seus territórios”, A.A.V.V: *Les villes de Lusitanie romaine, Table ronde internationale du CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), Talence, le 8-9 décembre 1988*, 21-32, Paris.
 - (1999), “Três notas sobre o Alentejo romano”, *Al-Madan*, II série, n.º 8, 72-74, Almada.
- ALARCÃO, J.; ALARCÃO, A. (1967), “Vidros romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa”, *Conímbriga*, vol. V, 2-31, Coimbra.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A. M.; PONTE, S. (1979), *Fouilles de Conímbriga, VII – Trouvailles Diverses – Conclusions Générales*, Paris.
- ALMEIDA, M^a J. H. (2000), *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal). <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9786/3/Ocupa%C3%A7%C3%A3o%20rural%20romana%20no%20actual%20concelho%20de%20Elvas.pdf>
- ARGENTE, J. L. (1994), *Las fíbulas de la Edad del Hierro en la Meseta Oriental. Valoración tipológica, cronológica y cultural*, Madrid.
- ARNAUD, J. M.; GAMITO, T. J. (1974-1977), “Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I – Cabeço de Vaia Monte – Monforte”, *O Arqueólogo Português*, série III, vol. 7-9, 165-202, Lisboa. http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_3volume_7_9ceramicas.pdf
- ARRUDA, A. M. (2004), “A Idade do Ferro no Centro/Sul. Povoados e necrópoles. Periodizações e evolução cronológico/cultural. Problemas e perspectivas”, J. Medina (ed.), *História de Portugal*, II, 155-198, Lisboa.
- (2005), “O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século”, *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 23, 9-157, Lisboa. http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_4/volume_23/s4_v23_1milenio.pdf
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1988), “Algunas observaciones sobre el *territorium emeritense*”, A.A.V.V., *Homenaje a Samuel de los Santos*, 185-192, Albacete.
- AREZES, A. (2010), *Elementos de adorno altomedievicos em Portugal (Séculos V a VIII)*. Dissertação de Mestrado de Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56093>
- (2010-2011), “Materiais de adorno visigóticos de Patalou – Nisa”, *Portvgalia*, nova série, n.ºs 31-32, 65-82, Porto.
 - (2014), *Ocupação “Germânica” na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/78898?locale=pt>
- BARRERO MARTÍN, N. (2013), *Catálogo de Toréutica de la Antigüedad Tardía (siglos IV-VIII d.C.) del Museo Nacional de Arte Romano – Bronces y Orfebrería, Cuadernos Emeritenses*, 38, Mérida.

- BEIRÃO, C. M.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1985), “Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações”, *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 3, 45-136, Lisboa.
- BLANCO GARCÍA, J. F. (1998), “La Edad del Hierro en Sepúlveda (Segovia)”, *Zephyrus*, n.º 51, 137-174, Salamanca.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; ANTONA DEL VAL, V. (coord.) (1992), *Congreso de Arqueología Iberica: Las necropolis* (Madrid, 1991), Madrid.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, J. (2001), “El paisaje funerário ibérico”, R. García Huerta e F. J. Morales Hervás (coord.), *Arqueología funerária: las necrópolis de incineración*, 91-140, Ciudad Real.
- BURILLO MOZOTA, F. (1992), “Las necropolis de época ibérica y el ritual de la muerte en el vale medio del Ebro”, J. Blánquez Pérez e V. Antona del Val (coord.), *Congreso de Arqueología Iberica: Las necropolis*, 563-585, Madrid.
- CAEIRO, J. O. (1974-1977), “O espólio da Herdade do Reguengo (Vaiamonte)”, *O Arqueólogo Português*, série III, n.ºs 7-9, 227-241, Lisboa.
- (1979), “O espólio arqueológico da Herdade do Reguengo, Vaiamonte. Parte I: materiais dispersos”, *Conímbriga*, vol. XVIII, 113-120, Coimbra.
 - (1984), “Materiais das sepulturas 1 e 2 da necrópole da Herdade do Reguengo, Vaiamonte”, A.A.V.V.: *Volume d'hommage au géologue Georges Zbyszewski a l'occasion de son passage à la retraite*, 22 Octobre 1979, 411-430, Paris.
- CAETANO, J. C. (2002), “Necrópoles e ritos funerários no Ocidente da Lusitania Romana”, D. Vaquerizo Gil (ed.), *Espacios y Usos Funerários en el Occidente Romano*, 313-334, Córdoba.
- CARDOSO, J. L. (1999), “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, *Al-Madan*, IIª série, n.º 8, 138-156, Almada.
- CARNEIRO, A. (2005), “Espólio da necrópole romana da Herdade dos Pocilgais, Fronteira: uma leitura integrada”, *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 23, 283-320, Lisboa.
- (2014), *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural no Alto Alentejo em época Romana – vectores estruturantes durante o império e Antiguidade Tardia*, 2 vol.s, Coimbra. https://pombalina.uc.pt/pt-pt/livro/lugares_tempos_e_pessoas_povoamento_rural_romano_no_alto_alentekp_vol_i
https://pombalina.uc.pt/pt-pt/livro/lugares_tempos_e_pessoas_povoamento_rural_romano_no_alto_alentekp_vol_ii
 - (2015), “Morre-se há muito tempo sobre a terra. Topografia funerária e sociedade no Alto Alentejo em época romana”, A.A.V.V., *II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: O mundo funerário*, 125-139. Évora.
- CASTRO CUREL, Z. (1980), “Fusayolas Ibéricas, antecedentes y empleo”, *Cypsela*, n.º 3, 127-146, Girona. <http://www.raco.cat/index.php/Cypsela/article/view/120076/236579>

- CELIUS BETRIU, R. (2005), "Las lucernas", M. Roca Roumens e M.^a I. Fernández García (coords.), *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*, 405-464, Málaga.
- CERDEÑO, M.^a L.; GARCÍA HUERTA, R. (2001), "Las necrópolis celtibéricas: nuevas perspectivas de estudio", R. García Huerta e F. J. Morales Hervás (coord.), *Arqueología funeraria: las necrópolis de incineración*, 141-190, Ciudad Real.
- CUADRADO DÍAZ, E. (1957), "La fíbula anular hispánica y sus problemas", *Zephyrus: Revista de prehistoria y arqueología*, n.º 8, 5-76, Salamanca.
- CUNHA, M. E. (2008), "As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia", *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 4, Lisboa.
- DEUS, A. D. (s.d.), *Descobertas Arqueológicas no Concelho de Elvas*. Disponível (versão polícopiada) no Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança (Vila Viçosa).
- DEUS, A. D.; LOURO, Pe. H. S.; VIANA, A. (1955), "Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal)", *III Congreso Nacional de Arqueología (Galicia, 1953) – Actas*, 568-578, Zaragoza.
- DEUS, A. D.; VIANA, A. (1953), "Mais três dólmenes da região de Elvas (Portugal)", *Zephyrus IV – Seminario de Arqueología de la Universidad de Salamanca, Homenaje a Cesar Moran Bardon (separata)*, IV, 227-240, Salamanca.
- DUDAY, H. (1997), "Antropología biológica de campo, tafonomía y arqueología de la muerte", E. Malvido; G. Pereira e V. Tiesler (eds.), *El cuerpo humano y su tratamiento mortuario*, 91-126, México.
- ENCARNAÇÃO, J. (1984), *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.
- FABIÃO, C. (1998), *O mundo indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal).
- (1999), "Um século de Arqueologia em Portugal – I", *Al-Madan*, II série, 8, 104-126, Almada.
- FERNANDES, I. F. (1987), "Espólio da necrópole dos Pombais (I)", *A.A.V.V.: 1^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano. 85 – actas*, 101-116, Coimbra.
- FERNANDES, I. F.; MENDES, J. (1983), "La Necrópolis Romana Tardia de Pombais", *A.A.V.V., Actas do II Congreso de Antropología Biológica de España*, 796-803, Santiago de Compostela.
- FERNANDES, I. F.; MENDES, J. (1985), "Dados Bio-Antropológicos da Estação Arqueológica dos Pombais", *Revista Arquivo de Anatomia e Antropologia*, n.º 39, 221-233, Lisboa.
- FERREIRA, O. V. (1966), "Uma estela de tipo "Pedra Formosa", encontrada no Castro de Fontalva (Elvas)", *Revista de Guimarães*, n.º 76 (3-4), 359-362, Guimarães.

- FRADE, H.; CAETANO, J. C. (1985), "A necrópole romana da Lage do Ouro (Aldeia da Mata, Crato) - Primeiros Resultados", A.A.V.V.: *Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. 85 – actas, 133-143, Coimbra.
- (1991), "A necrópole romana da Lage do Ouro: novos elementos", *Conímbriga*, vol. XXX, 39-57, Coimbra.
- FRADE, H.; CAETANO, J. C. (1993), "Ritos Funerários Romanos no Nordeste Alentejano", A.A.V.V., *II Congresso Peninsular de História Antiga – Actas*, 847-887, Coimbra.
- (2004), "Ritos funerários romanos", J. Medina (ed.), *História de Portugal*, III, 143-159, Lisboa.
- HAYES, J. W. (1972), *Late Roman Pottery*, London.
- HELENO, M. (1951), "Um quarto de século de investigação arqueológica", *O Arqueólogo Português*, nova série, n.º 3, 221-237, Lisboa.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (1998), "La necrópolis de "El Romazal", J. Mangas Manjarrés e J. Alvar (coord.), *Homenaje a José María Blázquez*, II, 257-270, Madrid.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F.; GALÁN DOMINGO, E. (1996), *La necrópolis de "El Mercadillo" (Botija, Cáceres) – Extremadura Arqueológica*, VI, [s.l.].
- ISINGS, C. (1957), *Roman Glass from dated finds*, Gronigen.
- JIMÉNEZ DÍEZ, A. (2006), "Contextos funerarios en la transición del mundo prerromano al romano en el sur peninsular", *Anales de Arqueología Cordobesa*, 17, 67-98, Córdoba. *Anales de Arqueología Cordobesa*, Córdoba, Universidad de Córdoba, Área de Arqueología, 17 (1), pp. 67-98.
- LORRIO, A. J.; SANCHÉZ DE PRADO, M.ª D. (2009), "La necrópolis celtibérica de Arcóbriga (Monreal de Ariza, Zaragoza)", *Caesaraugusta*, n.º 80, Zaragoza. http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/29/24_ebook.pdf
- MAYET, F. (1975), *Les Céramiques à parois fines de la Péninsule Ibérique*, Paris.
- MACHADO, L. S. (1964), "Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos", *O Archeologo Português*, IIª série, n.º 5, 51-448, Lisboa.
- NOLEN, J. U. S. (1985), *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa.
- (1995-1997), "Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos", *O Arqueólogo Português*, série IV, n.ºs 13/15, 347-392, Lisboa.
- (2004), *Roteiro – Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa*, [s.l.]
- PAÇO, A.; FERREIRA, O. V. (1951), "Antiguidades de Fontalva (Elvas)", *Revista de Guimarães*, n.º 61 (3-4), 416-425, Guimarães.
- PAÇO, A.; FERREIRA, O. V.; VIANA, A. (1957), "Antiguidades de Fontalva. Neo-eneolítico e época romana", *Zephyrus: Revista de prehistoria y arqueología s*, n.º 8, 111-133, Salamanca.
- PICÃO, J. S. (1903), *Atravez dos campos. Usos e costumes agricolo-alemtejanos (concelho de Elvas)*, Elvas.

- PIRES, A. T. (1901), "Catalogo do Museu Archeologico de Elvas", *O Archeologo Português*, série I, VI, n.ºs 8-12, 3-30.
- PONTE, S. (1986), "Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora", *Conímbriga*, vol. XXV (separata), 99-129, Coimbra.
- (2006), *Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*, [s.l.]
- QUESADA SANZ, F. (1997), *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*, Montagnac.
- (1998), "Aristócratas a caballo y la existencia de una verdadera caballería en la cultura ibérica: dos ámbitos conceptuales diferentes", A.A.V.V., *Congreso Internacional: Los Iberos Príncipes de occidente. Estructuras de poder en la sociedad ibérica*, 169-183, Barcelona.
- (2005), "El gobierno del caballo montado en la Antigüedad Clásica con especial referencia al caso de Iberia. Bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar, estribos y herraduras", *Gladius*, XXV, 97-150. <http://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/26/27>
- QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L.; MASCARENHAS, J. M. (1986), *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo. Contribuição para a sua inventariação e caracterização*, [s.l.].
- RIBEIRO, M. (1929), *Portugal: o Alentejo*, Lisboa.
- RIBERA I LACOMBA, A.; SORIANO SÁNCHEZ, R. (1996), "Los cementerios de época visigoda", *Saitabi*, n.º 46, 195-230, Valencia.
- RIPOLL LÓPEZ, G. (1989), "Características generales del poblamiento y arqueología funeraria visigoda de Hispania", *Espacio, Tiempo y Forma*, n.º 2, 389-418, Madrid.
- (1993-1994), "La necrópolis visigoda de El Carpio de Tajo. Una nueva lectura a partir de la topocronología y los adornos personales", *Butlletí de La Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi*, n.ºs VII-VIII, 187-250, Barcelona.
- (1998), *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII d.C.)*, Barcelona.
- ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M.ª I. (coords.) (1999), *Terra Sigillata Hispánica. centros de fabricación y de produccionnes altoimperiales. Homenaje a M.ª Ángeles Mezquíriz*, Málaga.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; BERROCAL RANGEL, L. (1988), "Materiales cerámicos de la Segunda Edad del Hierro del Cantamento de la Pepina (Fregenari de la Sierra, Badajoz)", *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, n.º 15, 215-252, Madrid.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1993), "Problemática social y económica del mundo indígena lusitano", *Cuadernos Emeritenses*, n.º 7, 9-23, Mérida.
- SÁNCHEZ BARRERO, P. D. (2000), "Territorio y sociedad en Augusta Emerita", J.-G. Gorges e T. Nogales Basarrate (coord.), *Sociedad y cultura en Lusitania Romana. IV Mesa Redonda Internacional*, 203-228, Mérida.
- SEPÚLVEDA, E.; CARVALHO, A. (1998), "Cerâmica romana de paredes finas", *Conímbriga*, vol. XXXVII, 233-265, Coimbra.

- SERRANO RAMOS, E. (2005), “Cerámicas africanas”, M. Roca Roumens e M.^a I. Fernández García (coords.), *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*, 226-303, Málaga.
- VAQUERIZO GIL, D. (1988-1889), “Ensayo de sistematización de la cerámica ibérica procedente de las necrópolis de Almedinilla, Córdoba”, *Lucentum*, n.ºs VII-VIII, 103-132, Alicante.
- VAQUERIZO GIL, D. (coord.) (2001), *Funus Cordubensium – Costumbres funerarios en la Cordoba Romana*, Córdoba.
- VAQUERIZO GIL, D. (ed.) (2002), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Córdoba.
- VAQUERIZO GIL, D. (2011), “De la agonía al luto. Muerte y *funus* en la Hispania romana”, C. Pacheco Jiménez (coord.), *La muerte en el tiempo. Arqueología e Historia del hecho funerario en la provincia de Toledo*, 95-125, Talavera de la Reina.
- (2015), *Escatología y miedo a los muertos en el mundo romano* (Discurso de ingreso en la Academia Andaluza de la Historia), Córdoba.
- VARGAS CANTOS, S.; GUTIÉRREZ DEZA, M.^a I. (2006), “La necrópolis romana de la Avenida del Corregidor de Córdoba”, *Anales de Arqueología Cordobesa*, vol. 17, I, 259-278, Córdoba.
- VIANA, A. (1949), [Carta] 1949.12.07, Beja, [ao] Presidente do Instituto para a Alta Cultura (dactilografada; versão policopiada). Disponível no Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança (Vila Viçosa).
- (1950), “Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 12 (3-4), 289-322, Porto.
 - (1955a), “António Dias de Deus”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 15 (1-2), 1-2, Porto.
 - (1955b), “Notas da arqueologia alto-alentejana. (Materiais do Paço Ducal de Vila Viçosa)”, *A Cidade de Évora*, vol. 10, n.ºs 33-34 (Julho-Dezembro 1955), 5-28, Évora.
 - (1955c), “Notas de Corografia Arqueológica – Beja”, *Brotéria*, n.º 60, 40-42, Lisboa.
 - (1956), *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas*, Beja.
 - (1960-1961), “Vidros romanos em Portugal. Breves notas”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 18 (1-2), 5-42, Porto.
 - (1962), *Algumas noções de Arqueologia prática*, Beja.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1950a), “A exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas”, A.A.V.V., *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7ª Secção, Ciências Históricas e Filológicas* (Lisboa, 1950), Tomo VIII, 67-74, Lisboa.
- (1950b), “Necropolis celtico-romanas del concejo de Elvas (Portugal)”, *Archivo Español de Arqueología*, n.º 23, 229-254, Madrid.

- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1951), "Notas para el estudio de la edad del hierro en le concejo de Elvas (Portugal)", A.A.V.V.V: *Crónica del VI Congreso Arqueológico del Sudeste* (Alcoy, 1950) (Separata), 89-104, Cartagena.
- (1952), "Exploración de algunos dólmenes de la region de Elvas. Portugal", *Separata de la Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional* (Madrid, 1951), 185-201, Cartagena.
 - (1955a), "Necropolis de la Torre das Arcas", *Archivo Español de Arqueologia*, n.º 28, 244-265, Madrid.
 - (1955b), "Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 15 (3-4), 7-55, Porto.
 - (1955c), "Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal)", *Archivo Español de Arqueologia*, n.º 28, 33-68, Madrid.
 - (1957), "Mais alguns dólmenes da região de Elvas (Portugal)", *Separata do IV Congreso Arqueológico Nacional*, 89-100, Zaragoza.
 - (1958), "Campos de urnas do concelho de Elvas", *O Instituto*, n.º 118, 133-193, Coimbra.
- VIEGAS, J. R.; NOLEN, J. U. S.; DIAS, M^a F. (1981), "A necrópole de Santo André", *Coimbriga*, vol. XX, 5-180, Coimbra.

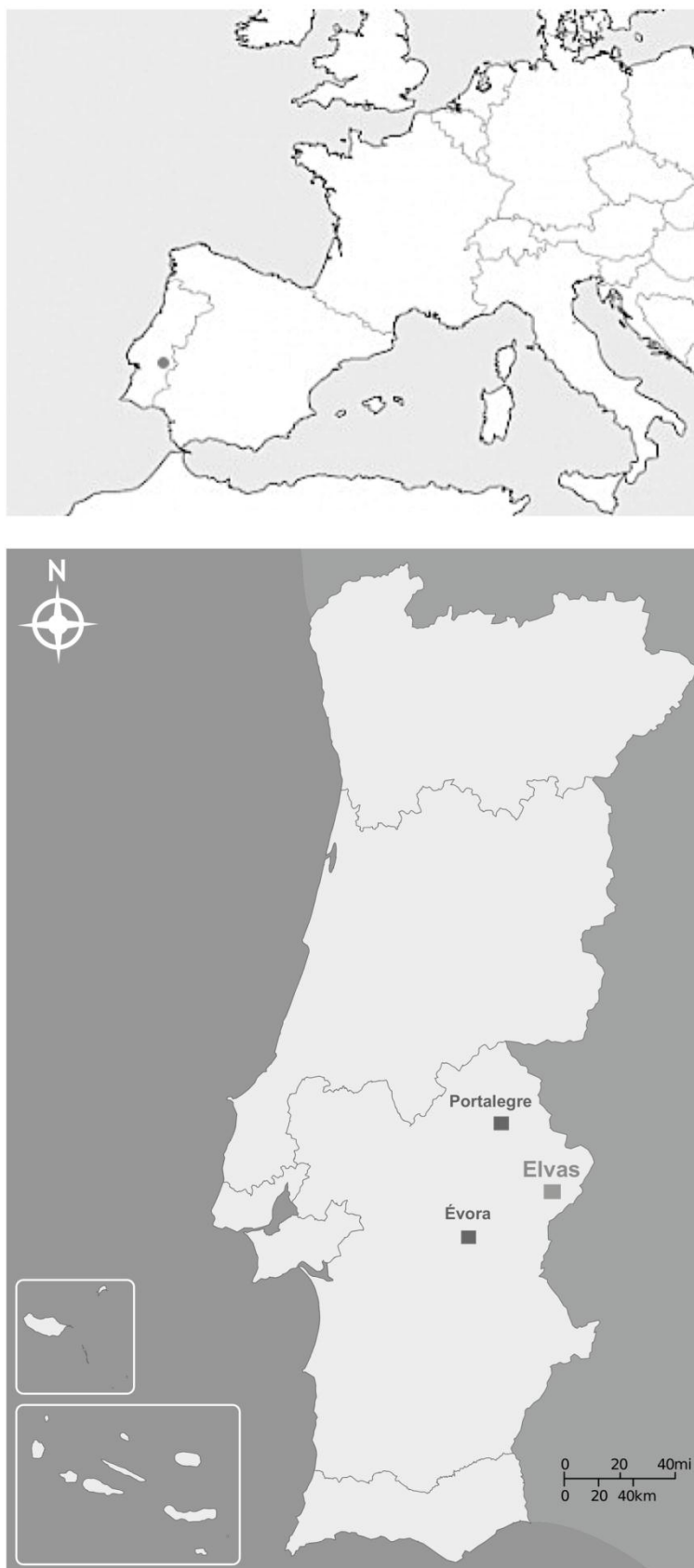


Fig. 1

Enquadramento da área geográfica em análise no actual território português

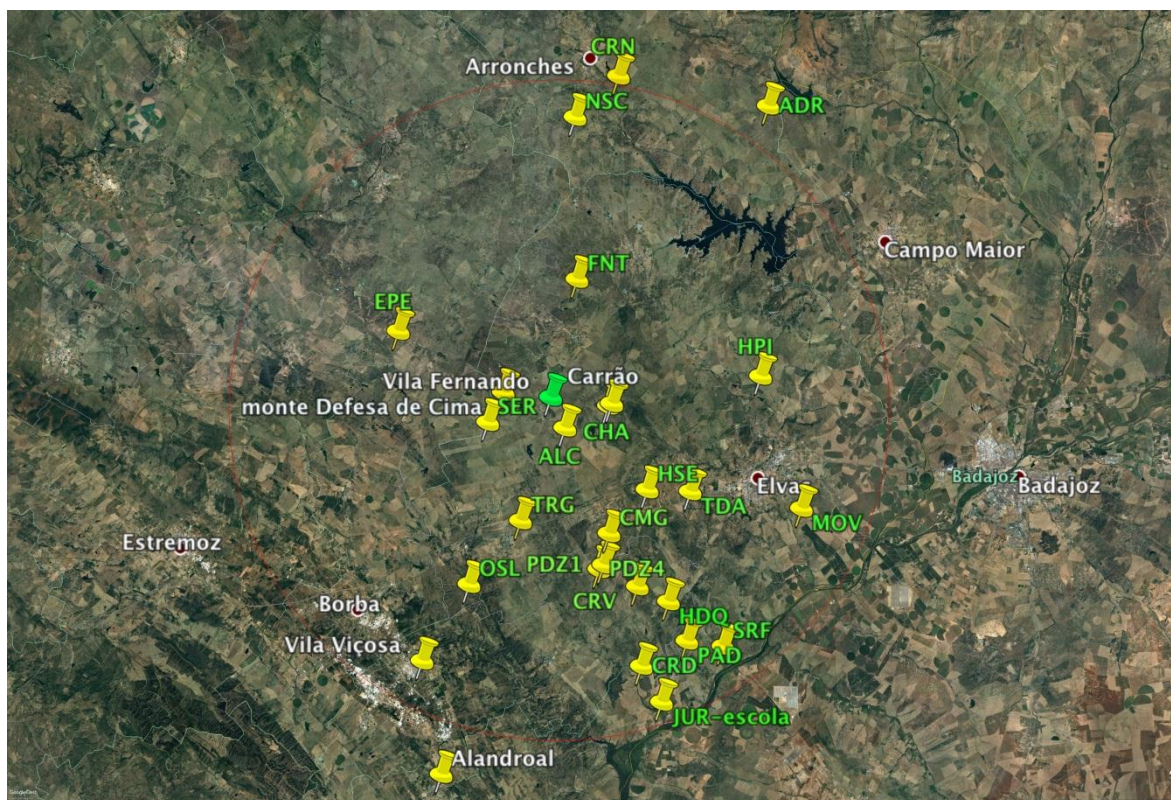


Fig. 2

Área de distribuição das necrópoles identificadas/ exploradas pelos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando e Abel Viana no termo sul da região alto alentejana (Portugal) (Fonte: Google Earth)

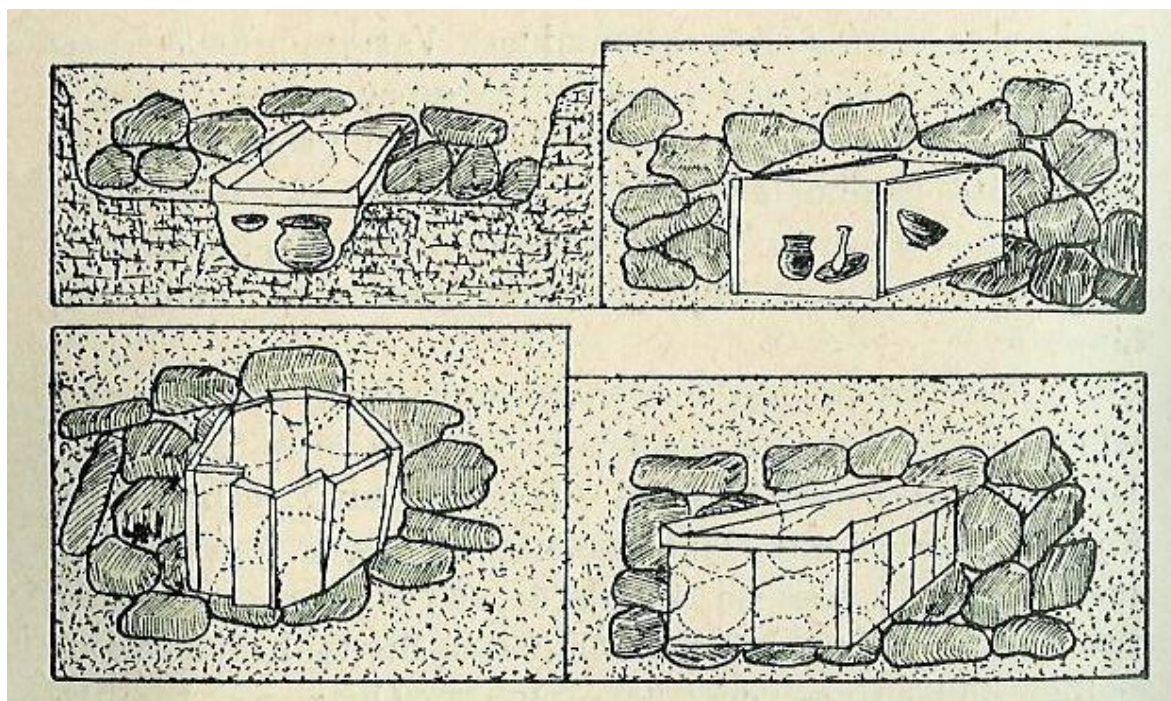


Fig. 3

Tumulações da necrópole de Horta das Pinas (São Vicente e Ventosa, Elvas) (Viana e Deus, 1958: 13, figura 4)

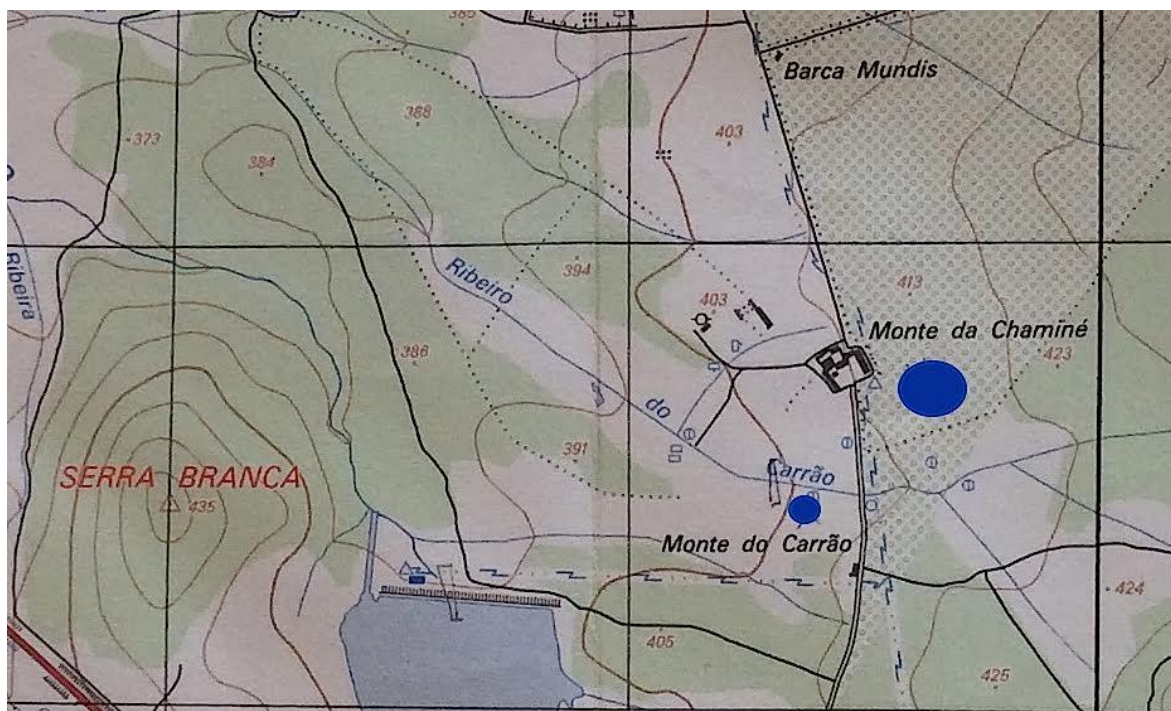


Fig. 4

Localização dos arqueossítios da Chaminé e Carrão (Vila Fernando, Elvas) na Carta Militar de Portugal n.º 413 (1: 25 000)



Fig. 5

Vista actual do presumível local de implantação do espaço funerário da Chaminé (Vila Fernando, Elvas, Portalegre)



Fig. 6

Escavação de uma das tumulações do campo de urnas da Chaminé
(Viana e Deus, 1958: estampa I-3)

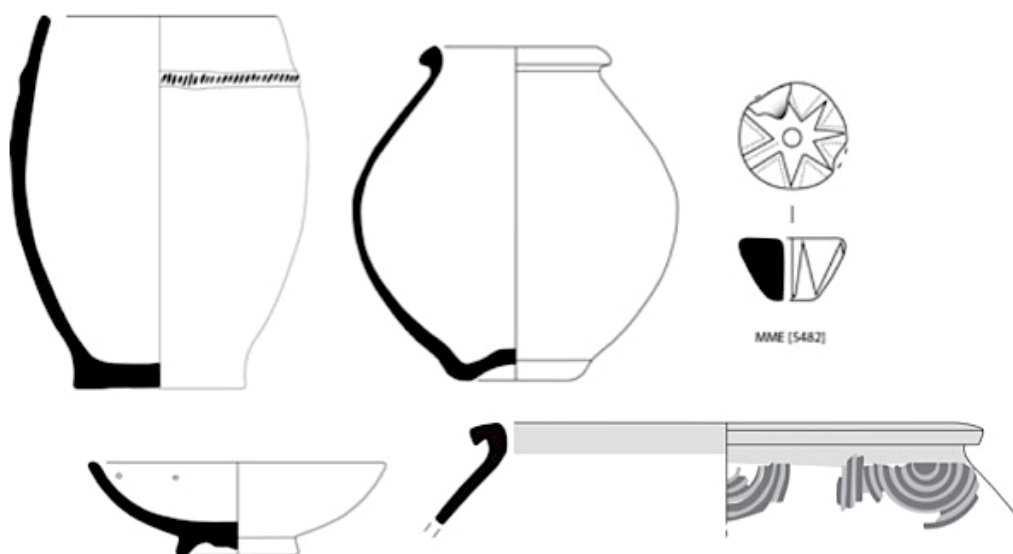


Fig. 7

Espólio cerâmico atribuído ao campo de urnas da Chaminé (Colecções de Arqueologia do Museu Nacional de Arqueologia, Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, e antigo Museu Municipal de Elvas)

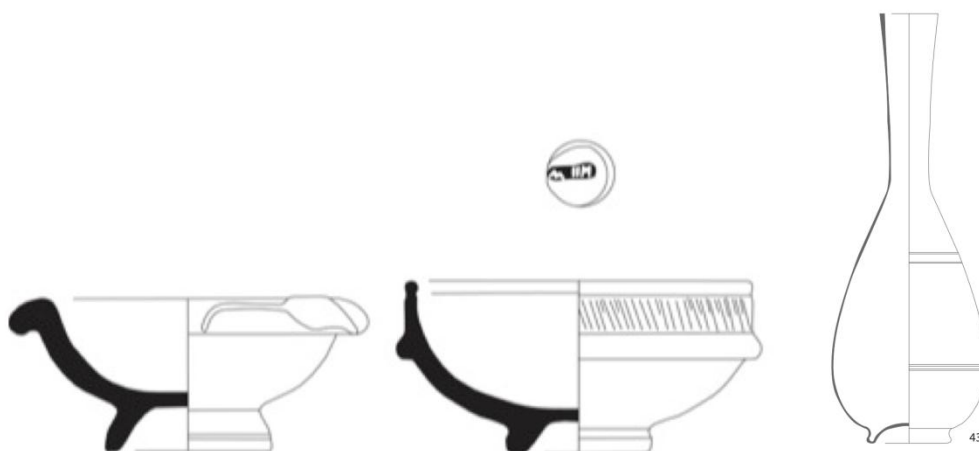


Fig. 8

Espólio atribuído aos enterramentos de cronologia alto-imperial identificados na necrópole da Chaminé (Colecção 0393 do Museu Nacional de Arqueologia)



Fig. 9

Espólio atribuído às sepulturas de inumação tardoantigas identificadas na necrópole da Chaminé (Colecção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas)



Fig. 10

Vista parcial de estrutura absidada identificada na Herdade do Carrão (Vila Fernando, Elvas)